

VPORTS Autoridade Portuária S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
condensadas período findo de 30 de junho
de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado do período	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixas	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da VPORTS Autoridade Portuárias S.A

Aos Conselheiros e Diretores do
Vports Autoridade Portuária S.A.
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da **VPORTS Autoridade Portuárias S.A** ("Vports"), em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Vports é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2026, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Vitória, 27 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Balancos patrimoniais condensados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	

VPORTS Autoridade Portuária S.A
Demonstrações condensadas do resultado
Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Descrição:	Nota Explicativa	30/06/2026	01/04/2026 a 30/06/2026	30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025
Receita Operacional Líquida	23	172.858	95.927	144.489	76.528
Custo dos Serviços Prestados	24	(73.730)	(38.499)	(52.927)	(26.925)
Lucro Bruto		99.128	57.428	91.562	49.603
Receitas/(Despesas) Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	24	(19.113)	(11.262)	(37.165)	(16.729)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	25	(6.405)	(3.794)	7.430	4.040
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		73.610	42.372	61.827	36.914
Resultado financeiro					
Receitas Financeiras	26	13.758	4.849	39.636	23.864
Despesas Financeiras	26	(55.722)	(33.015)	(46.716)	(19.190)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		31.646	14.206	54.747	41.588
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	8	(4.824)	(3.090)	(4.705)	(3.675)
Diferidos	8	(5.300)	(1.439)	(9.884)	(6.731)
Lucro do período		21.522	9.677	40.158	31.182
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	22.2	30,4570	13,6945	0,0057	0,0044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Descrição:	Nota Explicativa	30/06/2026	01/04/2026 a 30/06/2026	30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período		21.522	9.677	40.158	31.182
Outros Resultados Abrangentes de Benefícios Pós Emprego	22.3	3.669	5.349	(1.873)	(2.074)
Resultado Abrangente Total do Período		25.191	15.026	38.285	29.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025

Em milhares de Reais

Descrição:	Nota Explicativa	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva Especial de Incorporação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	
Saldos em 1º de Janeiro de 2025		568.621	-	26.541	-	-	-	549.279
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(1.873)	-	-	-	(1.873)
Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos (Pagos)	-	-	-	-	-	-	-	(13.407)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	40.158
Saldos em 30 de junho de 2025		568.621	-	24.668	-	-	-	574.157
Saldos em 1º de Janeiro de 2026		168.621	(119.871)	12.469	5.200	1.336	32.664	100.419
Outros Resultados Abrangentes	23.3	-	-	3.669	-	-	-	3.669
Lucro Líquido do Período	23.4	-	-	-	-	-	-	21.522
Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos (Pagos)	-	-	-	-	-	-	(32.664)	(32.664)
Saldos em 30 de junho de 2026		168.621	(119.871)	16.138	5.200	1.336	-	92.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VPORTS Autoridade Portuária S.A
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixas
Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Descrição:	Nota Explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Período antes de IR/CSLL		21.522	40.158
Ajustes do período			
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização e do Direito de Uso	9 e 10	16.099	12.340
Baixas de Imobilizado e Intangível	9 e 10	-	235
Provisão para Processos Judiciais	21	(202)	(5.311)
Provisão/Reversão para Perda de Crédito Estimada	4	4.294	(29)
Imposto de Renda E Contribuição Social Diferidos	8	5.300	9.884
Imposto de Renda Corrente	8	4.824	4.705
Adiantamento Clientes - Arrendamento	15	(1.000)	(1.000)
Juros Sobre Arrendamento Mercantil	14	159	194
Juros Sobre Termo de Compromisso Financeiro	17	5.097	2.810
Juros Sobre Depósitos Judiciais	7	-	3
Juros Sobre Plano de Pensão e Benefícios Pós Emprego	19	(2.250)	591
Juros Sobre Debentures e Custo de Transação	16	35.925	28.587
Obrigações Com Poder Concedente	18	33.515	28.192
Lucro Ajustado		123.283	121.359
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos			
Contas a Receber De Clientes	4	(20.521)	(3.028)
Estoques	-	-	613
Tributos a Recuperar	5	(1.216)	1.920
Despesas Antecipadas	6	540	984
Depósitos Judiciais	7	562	(575)
Outros Créditos	-	(1.614)	186
Fornecedores	11	(8.711)	(6.904)
Obrigações Tributárias	12	1.994	(2.648)
Salários E Encargos	13	601	1.726
Adiantamentos De Clientes - Contas A Receber	4	(231)	(619)
Obrigações Com Poder Concedente	18	(31.309)	(28.253)
Pagamento Termo de Compromisso Financeiro	17.1	(5.686)	(5.029)
Pagamento de Plano de Pensão e Benefícios Pós Emprego	19.2	(781)	(744)
Outras Contas A Pagar	20 e 22.3	(4.883)	(1.913)
Caixa Líquido Aplicado Nas Atividades Operacionais		(71.225)	(44.284)
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	(8.825)	(426)
Pagamento de Juros S/ Debêntures - Amortizações	16	(16.492)	(15.748)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais Após Impostos		26.711	60.901
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento			
Aquisição de Imobilizado e Intangível	9 e 10	(9.353)	(40.479)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades De Investimentos		17.358	20.422
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento			
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Captações)	16	100.000	-
Pagamento de Passivo de Arrendamento	14	(315)	(378)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (Pagos)	22.4.	(32.664)	(13.407)
Redução de Capital Social	22.4	(90.000)	-
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(5.621)	6.637
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(5.621)	6.637
Caixa e Equivalentes no Início do Período	3	144.142	488.881
Caixa e Equivalentes no Final do Período	3	138.521	495.518
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(5.621)	6.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações condensadas do valor adicionado

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Descrição:	30/06/2026	30/06/2025
Receita		
Receita Da Operação Portuária	103.558	81.068
Receita De Arrendamentos	90.421	80.719
Vendas Canceladas	-	(47)
Perda de Crédito Estimada	(4.294)	(29)
Outras Receitas	-	267
	189.685	161.978
Insumos Adquiridos De Terceiros		
Custos dos Serviços Prestados	(57.746)	(41.595)
Custo com Depreciação e Amortização	(15.984)	(11.667)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros	(7.961)	(7.496)
	(81.691)	(60.758)
Valor Adicionado Bruto	107.994	101.211
Retenções		
Despesas com Depreciação e Amortização	(129)	(674)
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade	107.865	100.537
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		
Receitas Financeiras	13.758	39.636
Outras Receitas e Despesas	(2.111)	(1.911)
Valor Adicionado A Distribuir	119.512	138.262
Distribuição Do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	11.781	14.869
Benefícios a Empregados	739	2.968
Honorários De Conselhos	-	362
F.G.T.S.	142	434
Tributos		
Federais	28.016	29.551
Estaduais e Municipais	3.396	2.337
Juros, variações monetárias e encargos financeiros	55.722	46.716
Aluguéis	(1.806)	867
Remuneração De Capital Próprio		
Juros Sobre Capital Próprio	-	13.407
Lucros Retidos no Período	21.522	26.751
Valor Adicionado Distribuído	119.512	138.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 (“Contrato de concessão”), e Edital nº 01/2022 – PPI/PND (“Edital”).

1.1 Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre a União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

2 Base de preparação das políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025. Conforme permitido pelo CPC 21 (R1) e IAS 34, a Administração optou por não divulgar novamente os detalhes das políticas contábeis adotadas pela Companhia, dessa forma, estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas para o encerramento do período de 06 (seis) meses findos em 30 de junho de 2026 foram autorizadas para a emissão pela Administração em 27 de agosto de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

2.3 Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras condensadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Caixa e Equivalentes de caixa

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Bancos Conta Movimento	590	319
Aplicações Financeiras (a)	137.931	143.823
Total	138.521	144.142

- (a) Refere-se a aplicações em CDB dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4 Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Faturas a receber de clientes	85.733	65.212
Provisão Para Perda de Crédito Estimada	<u>(9.710)</u>	<u>(5.416)</u>
Total	<u>76.023</u>	<u>59.796</u>
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber:		
Circulante	55.549	42.739
Não Circulante	20.474	17.057
Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos de Clientes (Passivo)	(7.483)	(7.714)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito à incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

Durante o período findo de 30 de junho de 2026 e exercício de 31 de dezembro de 2025, respectivamente, a movimentação de adiantamentos de clientes deve-se principalmente às tarifas portuárias que são adiantadas para uso da infraestrutura portuária.

A movimentação na provisão para perda de créditos estimado está sumarizada a seguir:

Descrição:	Valor
Saldos em 1º de janeiro de 2025	<u>-</u>
Constituição por estimativa	(5.416)
Reversão	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>(5.416)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2026	<u>(5.416)</u>
Constituição por estimativa	(4.294)
Reversão	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>(9.710)</u>

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
	Cientes	Cientes
A vencer	49.231	46.277
Títulos vencidos:		
Até 30 dias	4.686	5.817
De 31 a 60 dias	7.834	2.921
De 61 a 180 dias	9.257	9.352
De 181 a 364 dias	13.884	-
Mais de 365 dias	841	845
Total	85.733	65.212

A perda de crédito estimada (PCE) apresentou aumento de R\$ 4.294 no período, passando de R\$ 5.416 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 9.710 em 30 de junho de 2026, conforme movimentação descrita no quadro acima.

5 Tributos a recuperar e IRPJ e CSLL a recuperar

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a recuperar	11.775	6.407
CSLL a recuperar	6.374	3.092
IRPJ e CSLL a recuperar	18.149	9.499
PIS a Recuperar	367	117
COFINS a Recuperar	1.258	122
Outros Tributos	5	-
Impostos a recuperar	1.630	239

6 Despesas antecipadas

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Licença de <i>software</i>	-	26
Seguros responsabilidade civil adm. (a)	414	1.471
Seguro garantia concessão (a)	12	38
Seguro garantia judicial	94	142
Outras despesas	848	231
Total	1.368	1.908

- (a) Referem-se aos seguros da concessão, contratados em conformidade com as obrigações previstas no contrato de concessão e na regulamentação aplicável

7 Depósitos judiciais

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhista	14.310	14.872
Cível/Tributário	3.844	3.844
Total	18.154	18.716

A seguir abertura da movimentação dos saldos judiciais no período e exercício:

Descrição	Trabalhista	Cível/Tributário	Total
Saldo em 01/01/2026	14.872	3.844	18.716
Depósitos/Bloqueio	7	-	7
Atualização	-	-	-
Resgate	(569)	-	(569)
Saldo em 30/06/2026	14.310	3.844	18.154
Descrição	Trabalhista	Cível/Tributário	Total
Saldo em 01/01/2025	14.171	3.977	18.148
Depósitos/Bloqueio	2.114	-	2.114
Atualização	11	-	11
Resgate	(1.424)	(133)	(1.557)
Saldo em 31/12/2025	14.872	3.844	18.716

Os saques são oriundos de pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a. Alíquota efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	31.646	54.747
II - Impostos Diferidos acumulados	-	-
III - Base de Cálculo.	31.646	54.747
IV - IRPJ e CSLL a alíquota nominal - 34%	10.760	18.614
V- Efeitos das adições permanentes	-	247
VI- Efeitos das exclusões permanentes	(102)	(5.499)
VII – Outras movimentações	(534)	1.227
VIII - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	10.124	14.589
IX - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	(10.124)	(14.589)
Alíquota efetiva	31.99%	26,65%
IRPJ e CSLL Correntes	(4.824)	(4.705)
IRPJ e CSLL Diferidos	(5.300)	(9.884)
Total	(10.124)	(14.589)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	30/06/2026			31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	<u>10.746</u>	<u>4.499</u>	<u>15.245</u>	<u>12.435</u>	<u>5.107</u>	<u>17.542</u>
Diferenças Temporárias:						
Provisão Provável para Processo Judicial	6.814	2.453	9.267	6.865	2.471	9.336
Provisão de Depreciação e Amortização	(12.824)	(2.217)	(15.041)	(9.759)	(3.513)	(13.272)
Provisão de Benefício a Pessoal	3.376	1.224	4.600	4.504	1.621	6.125
Outras Provisões	<u>1.730</u>	<u>624</u>	<u>2.354</u>	<u>1.466</u>	<u>528</u>	<u>1.994</u>
Subtotal	<u>(904)</u>	<u>2.084</u>	<u>1.180</u>	<u>3.076</u>	<u>1.107</u>	<u>4.183</u>
Total	<u>9.842</u>	<u>6.583</u>	<u>16.425</u>	<u>15.511</u>	<u>6.215</u>	<u>21.725</u>

9 Imobilizado

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	30 de junho de 2026		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Obras Civas	2	20.876	(6.578)	14.298
Instalações	10	18.710	(8.040)	10.670
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.296	(9.123)	173
Equipamentos de informática	20	5.325	(2.877)	2.448
Móveis e utensílios	10	711	(284)	427
Direito de uso de ativo	10 a 35	5.269	(2.572)	2.697
Imobilizações em andamento	-	32.293	-	32.293
		92.480	(29.474)	63.006

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2025		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Obras Civas	2	3.718	(3.718)	-
Instalações	10	18.582	(6.634)	11.948
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.020	(8.946)	74
Equipamentos de informática	20	5.509	(2.526)	2.983
Móveis e utensílios	10	987	(420)	567
Direito de uso de ativo	10 a 35	5.269	(2.413)	2.856
Imobilizações em andamento	-	36.088	-	36.088
		79.173	(24.657)	54.516

9.1 Movimentação do Imobilizado

Descrição:	31 de dezembro de 2025	Aquisições	Transferências (a)	Depreciação	30 de junho de 2026
Obras Cíveis	-	-	17.158	(2.860)	14.298
Instalações	11.948	-	128	(1.406)	10.670
Máquinas, equipamentos e ferramentas	74	-	110	(11)	173
Equipamentos de informática	2.983	-	-	(535)	2.448
Móveis e utensílios	567	-	(110)	(30)	427
Direito de uso de ativo	2.856	-	-	(159)	2.697
Imobilizações em andamento	36.088	4.712	(8.507)	-	32.293
	54.516	4.712	8.779	(5.001)	63.006

Descrição:	31 de dezembro de 2024	Aquisições	Transferências	Depreciação	31 de dezembro de 2025
Instalações	14.427	44	-	(2.523)	11.948
Veículos	44	-	-	(44)	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	82	4	-	(12)	74
Equipamentos de informática	4.244	230	(450)	(1.041)	2.983
Móveis e utensílios	541	77	(47)	(4)	567
Direito de uso de ativo	3.083	126	-	(353)	2.856
Imobilizações em andamento	10.203	25.388	497	-	36.088
	32.624	25.869	-	(3.977)	54.516

(a) As transferências observadas entre o imobilizado, 8.779 e intangível, (8.779), são referentes a custos de imobilizados em andamento e que não se tratavam de obras ligadas a bens reversíveis da Concessão, e por isso houve transferência para o grupo de imobilizado.

10 Intangível

Descrição:	% Taxa de Amortização a.a.	30 de junho de 2026		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	376	(285)	91
Marcas e Patentes	-	296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(15.899)	132.495
Outorga à vista	35	106.000	(11.357)	94.643
Ativos da Concessão	35	518.360	(44.736)	473.624
Investimentos Em Andamento	-	25.334	-	25.334
		800.080	(73.597)	726.483

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2025		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	192	(81)	111
Marcas e Patentes	-	296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(13.779)	134.615
Outorga à vista	35	106.000	(9.843)	96.157
Ativos da Concessão	35	503.768	(37.292)	466.476
Investimentos Em Andamento	-	44.064	-	44.064
		804.034	(62.315)	741.719

10.1 Movimentação do intangível

Descrição:	31 de dezembro de 2025	Aquisições	Baixas (a)	Transferências (b)	Amortização	30 de Junho de 2026
<i>Software</i>	111	-	-	-	(20)	91
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-	296
Outorga Fixa	134.615	-	-	-	(2.120)	132.495
Outorga à vista	96.157	-	-	-	(1.514)	94.643
Ativos da Concessão	466.476	-	-	14.592	(7.444)	473.624
Investimentos em Andamento	44.064	4.641	-	(23.371)	-	25.334
	741.719	4.641	-	(8.779)	(11.098)	726.483
Descrição:	31 de dezembro de 2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31 de dezembro de 2025
<i>Software</i>	149	6	-	-	(44)	111
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-	296
Outorga Fixa	138.853	-	-	-	(4.238)	134.615
Outorga à Vista	99.186	-	-	-	(3.029)	96.157
Ativos da Concessão	479.078	2.061	(234)	(349)	(14.080)	466.476
Investimentos em Andamento	10.884	32.831	-	349	-	44.064
	728.446	34.898	(234)	-	(21.391)	741.719

- (a) As baixas referidas são referentes a valores que foram reclassificados para resultado, ou seja, gastos que não refletem um investimento específico por não terem tal característica.
- (b) As transferências observadas entre o imobilizado, 8.779 e intangível, (8.779), são referentes a custos de imobilizados em andamento e que não se tratavam de obras ligadas a bens reversíveis da Concessão, e por isso houve transferência para o grupo de imobilizado

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão e, dessa forma, serão amortizados até o final do contrato.

O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados sendo assim não havendo modificações em prazos de depreciação. Todos os bens intangíveis relacionados à concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

11 Fornecedores

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de serviços	9.181	17.893
Fornecedores de material	792	791
Total	9.973	18.684

12 Obrigações tributárias

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
COFINS a recolher	9.231	3.594
PIS a recolher	2.035	812
ICMS a recolher	-	12
ISS a recolher	776	806
Total	12.042	5.224

13 Salários e encargos

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Salários, férias e outras gratificações	7.269	6.484
INSS a recolher	326	739
FGTS a recolher	138	195
IRRF sobre a folha de pagamento	485	236
Outras obrigações trabalhistas	907	870
Total	9.125	8.524

14 Arrendamento mercantil

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2025	Adições / Transferência	Juros Apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 30/06/2026
Imóveis	3.422	-	159	-	(315)	3.266
Circulante	331	176	159	-	(315)	351
Não Circulante	3.091	(176)	-	-	-	2.915

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2024	Adições / Transferência	Juros Apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	3.630	-	363	128	(699)	3.422
Circulante	283	384	363	-	(699)	331
Não Circulante	3.347	(384)	-	128	-	3.091

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde está a sede administrativa da Companhia e ao aluguel de uma área onde se encontra instalada uma torre integrante do sistema VTMS.

Em 30 de junho de 2026, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Descrição:	2026	2027	2028	2029 até o término dos contratos
Imóveis	172	361	399	2.334

15 Adiantamento de arrendamento de cliente

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	13.000	14.000
Total	15.000	16.000

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 2 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa a atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

16 Empréstimos e debêntures

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Circulante:		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	520	122
Não Circulante:		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	522.011	402.976
Total	522.531	403.098

Apresentamos a seguir, as debêntures da Companhia por instituições financeiras:

Operação/Instrumento	Garantias	Taxa (a.a.)	Vencimento	30 de Junho de 2026
Debênture 1ª emissão Vports Autoridade Portuária S.A - Serie Única	-	IPCA + 8,0361%	Dez/38	417.880
Debênture 2ª emissão Vports Autoridade Portuária S.A - Serie Única	-	CDI + 1,40%	Fev/31	106.651

A seguir, é apresentado o vencimento das debêntures:

Descrição:	30 de Junho de 2026
Até um ano	32.984
Entre um e dois anos	65.968
Acima de dois anos	522.531

Descrição:	Valor
Saldos em 17 de dezembro de 2024	400.000
Custo de transação	(17.855)
Juros incorridos e correção	2.079
Saldos em 31 de dezembro de 2024	384.224
Saldos em 1º de janeiro de 2025	384.224
Custo de transação	(1.022)
Juros incorridos e correção	52.371
(-) Juros debêntures pagos	(32.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	403.098
Saldos em 1º de janeiro de 2026	403.098
Captação	100.000
(+/-) Custo de transação	(769)
Juros incorridos e correção	36.694
(-) Juros de debêntures pagos	(16.492)
Saldos em 30 de junho de 2026	522.531

1ª Emissão de Debêntures

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu 400.000 debêntures referentes à 1ª (Primeira) emissão (CDES11) de debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$1.000. Há um prazo de carência de 36 meses para amortização do principal, a qual será realizada em 23 parcelas semestrais, a partir de 15 de dezembro de 2027.

Sobre o valor das debêntures incidirá atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de juros remuneratórios de 8,0361% ao ano, que serão pagos semestralmente.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características principais:

- (a) Valor total da emissão: 400MM
- (b) Prazo de vencimento: dez/2038
- (c) Remuneração: IPCA + 8,0361%
- (d) Periodicidade de pagamento: Carência de 3 anos do principal e pagamento de juros semestrais
- (e) Não há garantias.

2ª Emissão de Debêntures

Em 03 de fevereiro de 2026, a Companhia emitiu 100.000 debêntures referentes à 2ª (Segunda) emissão (CDES12) de debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$1.000. A amortização das debêntures será realizada em parcela única em 03 de fevereiro de 2031.

Sobre o valor das debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada da Taxa DI acrescida de 1,40% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de 03 de agosto de 2026.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características principais:

- (a) Valor total da emissão: 100MM
- (b) Prazo de vencimento: fev/2031
- (c) Remuneração: CDI + 1,40%
- (d) Periodicidade de pagamento: pagamento em parcela única no vencimento e pagamento de juros semestrais
- (e) Não há garantias.

O covenant financeiro de ambas as emissões é a relação de Dívida Financeira Líquida sobre o EBITDA. Essa medição começou em 31 de dezembro de 2025 e a Companhia cumpre todos os Covenants determinados.

17 Termo de compromisso financeiro – Portus

Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	11.708	11.303
Não circulante	<u>71.272</u>	<u>72.266</u>
Total	<u>82.980</u>	<u>83.569</u>

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS, no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar, denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- (a) 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- (b) 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja primeira parcela foi paga em julho de 2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- (c) Sistema Price de amortização;
- (d) Atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

Descrição:	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 1 de Janeiro de 2025	<u>81.491</u>
(+) Juros	6.392
(-) Pagamentos	(10.154)
(+/-) Atualização/Ajustes	<u>488</u>
Saldo do TCF em 31 de Dezembro de 2025	<u>78.217</u>
Saldo do TCF em 1 de Janeiro de 2026	<u>78.217</u>
(+) Juros	1.836
(-) Pagamentos	(5.229)
(+/-) Atualização/Ajustes	<u>2.678</u>
Saldo do TCF em 30 de Junho de 2026	<u>77.502</u>

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa prefixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os

cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
TCF Portus	INPC	77.502	3.356	4.195	5.034	2.517	1.678

17.1 Termo de Composição e Ajuste de Dívida – TCD – Portus

Em março de 2025, a Companhia assinou Termo de Composição e Ajuste de Dívida (TCD) com o PORTUS, no valor de R\$ 18.079. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para quitação de 3 (três) processos judiciais em que a Companhia era ré. O termo foi firmado em 144 parcelas de valores distintos que totalizam o montante de R\$ 18.079 e não sofrerão atualização futura.

A Companhia reconheceu a dívida em seu balanço em março de 2025 a valor presente utilizando a taxa regulatória de 9,92% + IPCA.

A composição a valor presente da dívida é a seguinte:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	878	840
Não circulante	4.600	4.512
Total	5.478	5.352
Saldo do TCD em 31/12/2025		5.352
Termo de Composição Ajuste de Dívida - TCD Portus		17.430
Ajuste a Valor Presente		(12.078)
(+/-) Atualização/Ajustes		583
(-) Pagamentos		(457)
Saldo do TCD em 30/06/2026		5.478

18 Obrigações com o poder concedente

18.1 Curto prazo

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Outorga variável	14.541	29.580
Terreno Greenfield	846	1.729
Total	15.387	31.309

18.1.1 **Outorga variável**

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em Reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento, o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

18.1.2 **Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho**

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente, caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente à obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

18.2 **Longo prazo**

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(406.222)	(416.097)
Atualização IPCA	37.495	29.242
Total	250.123	231.995

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota Explicativa nº 10, e o Passivo, conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

19 **Benefício pós-emprego**

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Complementação aposentadoria	1.822	1.832
Total curto prazo	1.822	1.832
Complementação aposentadoria PORTUS (a)	7.955	7.954
	5.766	12.457
Total longo prazo	13.721	20.411

- (a) O valor relativo à rubrica PORTUS corresponde às métricas que foram amplamente descritas na Nota Explicativa nº 17, e, em termos gerais, representa saldo inerente do acordo firmado com o Instituto Portus de Previdência, com o objetivo de equalizar o déficit. O valor apresentado nesta nota explicativa é relativo ao saldo atuarial do PORTUS que é atualizado trimestralmente.

19.1 Portus

Saldo plano pensão Portus	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	12.457	13.006
Ajustes cálculo atuarial no período	(2.774)	(549)
Ajuste ORA	(3.917)	-
Saldo final	5.766	12.457

19.2 Complemento de aposentadoria

Saldo complemento de aposentadoria	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial:	9.786	10.253
Benefícios pagos	(781)	(1.573)
Ajustes cálculo atuarial no período	524	1.012
Ajuste ORA	248	94
Saldo final	9.777	9.786

20 Outras contas a pagar

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante:		
Credores Diversos	586	586
Provisão de bônus à colaboradores (a)	2.342	6.727
Depósitos e Consignações	-	477
Assistência Médica	-	21
Total	2.928	7.811

- (a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores referente ao exercício de 2025 realizou-se no 1º trimestre de 2026. O novo montante refere-se à provisão do período de 2026.

21 Provisão para processos judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhista, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia as ações em que a Vports é ré, são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância, e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

a. Provisões para processos judiciais classificadas como perdas prováveis

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Provável para processos Judiciais:		
Processos trabalhistas	23.227	21.572
Processos cíveis	4.031	5.888
Total	27.258	27.460

Até 30 de junho de 2026, as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para processos judiciais prováveis:

Descrição:	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2025	26.308	5.287	245	31.840
Complemento de provisão	14.203	4.740	93	19.036
(-) Reversões de provisões	(18.939)	(4.139)	(338)	(23.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.572	5.888	-	27.460
Saldos em 1 de janeiro de 2026	21.572	5.888	-	27.460
Complemento de provisão	4.316	834	-	5.150
(-) Reversões de provisões	(2.661)	(2.691)	-	(5.352)
Saldos em 30 de junho de 2026	23.227	4.031	-	27.258

Os movimentos na rubrica de “reversão de provisões” observados, referem-se a processos de natureza trabalhistas e cíveis que foram quitados, encerrados e/ou revertidos no período conforme andamento processual.

b. Processos judiciais classificadas como perdas possíveis

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Processos Judiciais Possíveis:		
Processos trabalhistas (a)	74.033	102.362
Processos cíveis (b)	8.946	10.382
Total	82.979	112.744

Entre os principais processos classificados como perdas possíveis e podemos destacar:

- (a) As ações de natureza trabalhista, em sua totalidade, estão divididas em duas classes de requerentes, quais sejam, profissionais individuais e/ou órgãos representativos de classe/categoria, com status de fase executória e recursal.
- (b) As ações de natureza cível tratam de questões de propriedade, contratos e danos.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital Social

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Capital social	168.621	168.621
Ações preferenciais	176.659	7.066.362.882
Ações ordinárias	<u>529.977</u>	<u>-</u>

Em 21 de Julho de 2025, a Companhia realizou a redução de seu capital social no montante total de R\$ 410.000. A operação foi previamente autorizada pelo Poder Concedente (Ministério de Portos e Aeroportos) e, posteriormente, aprovada em AGE específica. A redução foi efetuada sem o cancelamento de ações e na proporção da participação de cada acionista no capital social da Companhia. Com a aprovação da incorporação da “*Holding Codesa*”, em 31 de Julho de 2025, houve o registro do aumento de capital de R\$ 100.000 oriundo da distribuição do acervo líquido da “*Holding Codesa*”, que foi integralmente incorporado ao patrimônio da Companhia, alterando a estrutura patrimonial e refletindo a nova composição societária. Adicionalmente, em dezembro de 2025, a Companhia realizou nova redução de capital social no montante de R\$ 90.000, igualmente aprovada em AGE, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, mantendo-se a proporcionalidade da participação dos acionistas e sem cancelamento de ações.

22.2 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período:

Descrição:	30/06/2026	31/12/2025
Lucro líquido	21.522	104.000
Ações preferenciais	176.659	7.066.362.882
Ações ordinárias	<u>529.977</u>	<u>-</u>
Resultado básico / diluído por Ações em Reais R\$	<u>30,4570</u>	<u>0,0147</u>

Em junho de 2026 a Companhia realizou o grupamento de suas ações à razão de 10.000 (dez mil) para 1 (uma), de modo que cada 10.000 (dez mil) ações ordinárias passaram a corresponder a 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia. Em ato seguinte, a Companhia converteu parte de suas ações em ações preferenciais, sendo o capital social representado por 706.636 (setecentas e seis mil, seiscentas e trinta e seis), sendo 176.659 (cento e setenta e seis mil e seiscentas e cinquenta e nove) de ações preferenciais e, 529.977 (quinhentas e vinte e nove mil, novecentas e setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, produzindo efeitos imediatos.

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, definido junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou resultado de líquidos em ambos os períodos apresentados, abaixo segue o comparativo entre os períodos de 2025 e 2026:

Em 30 de junho de 2025, foi reconhecida perda atuarial líquida de R\$ 1.873, decorrente do compartilhamento de riscos, resultando em saldo de R\$ 24.668 na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, em comparação ao saldo de R\$ 26.541 registrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 30 de junho de 2026, foi reconhecido ganho atuarial líquido de R\$ 3.669, decorrente do compartilhamento de riscos, resultando em saldo de R\$ 16.138 na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, em comparação ao saldo de R\$ 12.469 registrado em 31 de dezembro de 2025.

Concluimos que ambos resultados representam os efeitos das mudanças em estimativas de longo prazo e premissas atuariais em relação a cada período analisado, resultando em uma redistribuição e equilíbrio do risco.

22.4 Lucro líquido do período

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou (i) um lucro líquido de R\$ 21.522. Adicionalmente, e (ii) efetuou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 32.664, correspondentes à reserva de retenção de lucros constituída em 31 de dezembro de 2025, em observância aos ritos de governança corporativa e às deliberações societárias aprovadas.

Com encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reportou um lucro líquido de R\$ 104.000. Em decorrência desse resultado positivo, foi possível (i) a absorção integral dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores; (ii) a constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária, resultando em um saldo de lucro remanescente de R\$ 32.664 ao final do exercício; e (iii) o pagamento de juros sobre capital próprio, observados integralmente os ritos de governança deliberativos.

23 Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 30 junho de 2026 e 30 de junho de 2025 está apresentado a seguir:

Descrição:	30/06/2026	30/06/2025
Receitas com serviços portuários	103.558	81.068
Receitas com arrendamentos	90.421	80.719
Impostos sobre vendas e serviços	(21.121)	(17.251)
Cancelamentos e devoluções	-	(47)
Receita operacional líquida	172.858	144.489

24 Custos e despesas por natureza

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Gerais e Administrativas:		
Despesas com Pessoal	(12.662)	(18.633)
Serviços de terceiros	(4.182)	(8.170)
Depreciações e Amortizações	(129)	(674)
Materiais	(27)	(249)
Seguros	(107)	(155)
Energia, Água e Outras Utilidades	(240)	(87)
Despesas Judiciais (a)	-	(5.088)
Multas	(203)	(286)
Despesas Com Viagens	(478)	(629)
Despesas Tributárias	(167)	(39)
Outras Despesas	(918)	(3.155)
Total	(19.113)	(37.165)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Custo dos Serviços Prestados:		
Custo com Pessoal	(14.035)	(8.019)
Serviços de Terceiros	(9.791)	(6.646)
Amortizações Concessão	(3.634)	(3.634)
Depreciações e Amortizações	(12.350)	(8.033)
Materiais	(422)	(34)
Seguros	(1.082)	(1.050)
Outorga Variável	(14.541)	(12.165)
AVP Outorga Fixa	(9.875)	(8.972)
Taxa Barra do Riacho	(846)	(811)
Taxa de Fiscalização ANTAQ	(2.100)	(1.997)
Energia, Água e Outras Utilidades	(4.471)	(845)
Outros Custos	(583)	(721)
Total	(73.730)	(52.927)

- (a) Dentre os valores registrados na rubrica de despesas Judiciais, destaca-se o reconhecimento, em março de 2025, do acordo firmado entre VPORTS e o Instituto Portus de Previdência, denominado Termo de Composição e Ajuste de Dívida TCD, refletindo no saldo apresentado, esse movimento é amplamente retratado na NE 17.1.

25 Outras receitas e despesas líquidas

Descrição:	30/06/2026	30/06/2025
Provisões Para Riscos	(3.608)	(5.850)
Perda de Crédito Estimada	(4.294)	(29)
Provisão Bônus	(2.473)	(2.534)
PDIV (a)	-	(127)
Reversão Provisão para Processos Judiciais (b)	4.892	14.764
Reversão Provisão Plano De Pensão	781	751
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(1.703)	455
Total	(6.405)	7.430

- (a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa a estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de incentivos à demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do art. 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Puderam participar desse programa todos os empregados com vínculo ativo em 5 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

- (b) Dentre o valor de saldo apresentado na rubrica de reversão de provisão para processos judiciais, a composição majoritária desse saldo se deve a reversão de natureza provável na classificação de saldos de processos judiciais, saindo do risco provável e migrando para classes de possível, remoto ou podendo haver encerramento jurídico.

26 Resultado financeiro

Descrição:	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras:		
Variação monetária ativa	4.282	7.286
Rendimentos com aplicações financeiras	9.453	31.827
Juros obtidos	23	521
Outras receitas financeiras	-	2
Total	13.758	39.636
Descrição:	30/06/2026	30/06/2025
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(14.331)	(15.617)
Variação monetária sobre debêntures	(19.653)	(13.534)
Despesas bancárias	(17)	(9)
Juros sobre debêntures	(17.041)	(14.644)
Juros passivos	(29)	(9)
Outras despesas financeiras	(4.651)	(2.903)
Total	(55.722)	(46.716)

27 Instrumentos financeiros

27.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades e maximizar o retorno financeiro a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativo:		
Custo amortizado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	138.521	144.142
Contas a Receber	76.023	59.796
Depósitos Judiciais	18.154	18.716
Total	232.698	222.654

Passivos Financeiros:			
Custo amortizado	30/06/2026	31/12/2025	
Fornecedores	9.973	18.684	
Adiantamentos de Clientes – Contas a Receber	7.483	7.714	
Passivo de Arrendamentos	3.266	3.422	
Adiantamentos de Clientes – Arrendamentos	15.000	16.000	
Outras Contas a pagar	2.928	7.811	
Debêntures	522.531	403.098	
Termo de Compromisso Financeiro – PORTUS	82.980	83.569	
Obrigações com o poder Concedente	265.510	263.304	
Total	909.671	803.602	

Abaixo segue fluxo de caixa contratual dos passivos financeiros:

Descrição:	2026	2027	2028	2029 até o término dos contratos
Fluxo de caixa contratual				
Fornecedores	9.973	-	-	-
Adiantamentos de Clientes – Contas a Receber	7.483	-	-	-
Passivo de Arrendamentos	172	361	399	2.334
Adiantamentos de Clientes – Arrendamentos	1.000	2.000	2.000	10.000
Outras Contas a pagar	2.928	-	-	-
Debêntures	38.970	34.285	36.857	399.098
Termo de Compromisso Financeiro – PORTUS	10.597	11.429	12.572	78.540
Obrigações com o poder Concedente	15.387	34.703	64.727	240.118
Total	86.510	82.779	116.555	730.090

27.2 Categorias de instrumentos financeiros

27.2.1 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

27.2.2 *Exposição de juros e análise de sensibilidade*

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do 6º ano até o 30º ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

27.2.3 *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juro*

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldos Patrimoniais							
Ativos Financeiros:							
Aplicações financeiras	CDI	138.521	14.752	18.440	22.128	11.064	7.376
Passivos Financeiros:							
Obrigações com o poder Concedente	IPCA e	265.510	12.320	15.400	18.479	9.240	6.160
Debênture 1º e 2ª Emissão - Serie Única	CDI	522.531	24.245	30.307	36.368	18.184	12.123

27.3 *Transações com partes relacionadas*

27.3.1 *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria Administrativa e Conselho Administrativo. A remuneração para o período de 30 de junho de 2026 foi de R\$ 6.866, no mesmo período de 30 de junho de 2025 o valor foi de R\$ 5.985.

28 *Eventos Subsequentes*

Após 30 de junho de 2026 e até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis intermediárias condensadas, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 21 de julho de 2026, aprovou a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 2.435 e de dividendos no valor de R\$ 18.010, observados os ritos de governança da Companhia.

* * *

Pedro Henrique Benevides
Diretor-presidente

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade
CRC-ES: 019.459/O-4